

ECONOMIA

ALÉM DA NOTÍCIA

Cortes necessários

O Governo prepara-se para anunciar um elenco de medidas destinadas a conter o déficit do setor público, tradicional responsável pelo processo de endividamento externo do País e pela exacerbação inflacionária, mas sempre tratado em panos mornos pelas autoridades.

O fato da economia do País ter alcançado, a partir da década passada, um elevado grau de estatização, com o Estado detendo quase a metade do PIB, certamente estimulou os Governos a agir com condescendência sempre que se deparavam diante da necessidade de reduzir o déficit público.

Agora, contudo, a exigência não é apenas interna, ela vem de fora e de forma inequívoca: ou o Governo reduz o déficit do setor público aos limites negociados com o Fundo Monetário Internacional — FMI — ou a instituição suspende a liberação das parcelas do empréstimo condicional concedido ao País, o que significa medida idêntica da parte do mercado financeiro internacional, que participa do esforço de recuperação das contas cambiais com um financiamento de US\$ 4,4 bilhões também liberado de forma parcelada.

Depois de uma série de marchas e contramarchas, parece que teremos a nova versão do orçamento/SEST, que reúne 368 empresas estatais correspondendo a 95% dos dispêndios globais do Estado através de suas empresas, e que será anunciado com cortes substanciais tanto nas despesas de custeio como de investimento. As expectativas são de um corte de 6%, em termos reais, ou seja, descontada a inflação, nas verbas para investimentos e um percentual menor, porém expressivo, de cortes no item “outros custeos”, que reúne basicamente as despesas administrativas, inclusive com pessoal.

Se prevalecerem as propostas elaboradas no âmbito da Secretaria do Planejamento, as vantagens extras obtidas pelos dirigentes das estatais, como a participação em lucros e as clássicas mordomias, poderemos até não ter uma economia significativa, tratando-se de um orçamento de quase Cr\$ 30,0 trilhões, mas certamente representará, da parte da administração federal, uma postura mais ética em relação às empresas estatais, num momento em que de todos, inclusive do funcionalismo público, se exige sacrifícios.

Evidentemente, uma virtual paralisação de grandes projetos em diversos setores da economia, antes tocados pelo Estado com recursos fáceis obtidos no exterior, à custa do endividamento que agora explode em sua crua realidade, terá influência na evolução do Produto Nacional, mas esse sacrifício é necessário, para que o Estado seja recolocado em suas verdadeiras funções, abrindo espaço para a iniciativa privada. Infelizmente, foi necessária a eclosão de uma grave crise internacional que envolveu o País, para que, afinal, o Governo compreendesse que é impossível continuar mascarando um capitalismo de Estado. Antes tarde do que nunca.

MILANO LOPES